



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

**PROVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DE
ESTAGIÁRIOS, PARA ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE
DIREITO
EDITAL DE ESTÁGIO Nº 03/2022**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Verifique se, além deste Caderno de Prova, você recebeu as folhas referentes ao GABARITO OFICIAL DE PROVA OBJETIVA e também a FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL DAS QUESTÕES DISCURSIVAS, destinados à transcrição das respostas.
2. Confira se este Caderno de Prova contém as questões discursivas e as questões objetivas de múltipla escolha.
3. As questões estão assim distribuídas: 20 questões objetivas valendo 2 pontos cada, totalizando 40 pontos, e 4 questões discursivas valendo 15 pontos cada, totalizando 60 pontos, cujo somatório totaliza 100 pontos.
3. Verifique se a prova está completa e preencha corretamente as folhas de resposta.
4. Inclua o seu número de inscrição nas folhas de resposta, no local apropriado, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. As respostas da prova objetiva e as da discursiva deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para as folhas de resposta oficiais, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala ao término da prova.
7. O tempo máximo de prova será de três horas.
8. Ao terminar a prova, levante a mão e aguarde o fiscal de sala em sua carteira para recolher o seu material de prova.
9. Atenção! O candidato deverá permanecer na sala de aplicação, no mínimo, por uma hora a partir do início da prova e só poderá levar este Caderno de Prova após esse horário.

RASCUNHO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Questão 1 – De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) A compensação pecuniária é o único modo de reparar o dano extrapatrimonial, não sendo admitida a reparação in natura, na forma de retratação pública ou outro meio.
- b) Para a caracterização do adimplemento substancial levam-se em conta tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos.
- c) Sendo a simulação causa de nulidade do negócio jurídico, sua alegação prescinde de ação própria.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- d) O direito ao esquecimento pode ser assegurado por tutela judicial inibitória.
- e) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores, prevista no art. 932, inc. I, do Código Civil, não obstante objetiva, pressupõe a demonstração de que a conduta imputada ao menor, caso o fosse a um agente imputável, seria hábil para a sua responsabilização.

Questão 2 - João e Maria se casaram em 2016 sob o regime de comunhão parcial de bens. Em 2020, o casal decidiu se divorciar. Havia um débito de R\$5.000,00 junto ao comércio próximo à residência do casal contraída por Maria. Nos autos da ação de divórcio, o juízo entendeu que a referida dívida deveria ser partilhada, diante da ausência de outros elementos de prova. Com tais informações, assinale a alternativa correta:

- a) É inadmissível utilizar presunção para resolver a questão, haja vista ser possível a feitura de prova oral.
- b) Cuida-se de presunção hominis.
- c) A decisão se baseia na presunção comum absoluta em razão da condição de casado.
- d) A condição de casados determina a presunção legal relativa de comunhão de dívida.
- e) Há presunção legal absoluta de comunhão de dívida.

Questão 3 - No que se refere ao Direito de Família, assinale a opção correta:

- a) A guarda compartilhada exclui a fixação do regime de convivência.
- b) Em razão da maioridade, a obrigação alimentar cessa automaticamente.
- c) É possível o registro de nascimento dos filhos de pessoas do mesmo sexo originários de reprodução assistida, diretamente no Cartório de Registro Civil, sendo dispensável a propositura de ação judicial.
- d) A distribuição de tempo de convívio na guarda compartilhada deverá atentar para repartição de tempo matematicamente igualitário entre os pais.
- e) O pacto antenupcial está restrito aos tipos e características dos regimes de bens previstos pelo Código Civil.

Questão 4 – No tocante ao Direito Sucessório, assinale a opção correta:

I – A HERANÇA DE PESSOA VIVA PODE SER OBJETO DE CESSÃO CONDICIONADA AO FALECIMENTO DO DE CUJUS.

II – NA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA, O HERDEIRO NECESSÁRIO PODE SER INSTITUÍDO APENAS COMO LEGATÁRIO.

III- O DIREITO BRASILEIRO PROÍBE O TESTAMENTO MILITAR.

- a) Estão todas as alternativas corretas.
- b) Estão corretas as alternativas I e II.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- c) Estão corretas as alternativas II e III.
- d) Apenas a alternativa II está correta.
- e) Estão todas as alternativas incorretas.

Questão 5 – No tocante ao Direito Civil, assinale a opção correta:

I – O PRENOME É IMUTÁVEL DE MODO QUE NÃO CABE SUA RETIFICAÇÃO EM NENHUMA HIPÓTESE.

II – O DIREITO REAL DE LAJE EM TERRENO PRIVADO É PASSÍVEL DE USUCAPIÃO. III- NOS CASOS DE RECONHECIMENTO DE MULTIPARENTALIDADE PATERNA OU MATERNA, O FILHO TERÁ DIREITO À PARTICIPAÇÃO NA HERANÇA DE TODOS OS ASCENDENTES RECONHECIDOS.

- a) Estão todas as alternativas corretas.
- b) Estão corretas as alternativas I e II.
- c) Estão corretas as alternativas II e III.
- d) Apenas a alternativa II está correta.
- e) Estão todas as alternativas incorretas.

Questão 6 – Assinale a opção incorreta:

- a) A dissolução da sociedade conjugal extingue de pleno direito o bem de família.
- b) A tomada de decisão apoiada não é cabível se a condição da pessoa exigir a aplicação de curatela.
- c) Os bens públicos não são passíveis de usucapião.
- d) O impedimento para o exercício de tutela do inciso IV do art. 1.735 do CC pode ser mitigado para atender ao melhor interesse da criança.
- e) A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor.

Questão 7 – José, motorista de aplicativo, teve seus bens subtraídos durante uma corrida, em 15/11/2022. De acordo com as informações da Polícia Militar, a vítima disse que um sujeito, primário e com bons antecedentes, portanto uma faca de churrasco, subtraiu seu celular. Segundo as informações prestadas, a responsabilidade penal do agente do delito é:

- a) Roubo majorado pelo emprego de arma
- b) Roubo agravado pelo emprego de arma
- c) Roubo qualificado pelo emprego de arma
- d) Roubo simples
- e) Roubo privilegiado

Questão 8 – Sobre a prescrição, é CORRETO afirmar:

- a) A sentença penal que absolve o réu é causa de interrupção da prescrição.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- b) Entre a data do fato e o recebimento da denúncia a prescrição pode ocorrer de forma retroativa com base na pena aplicada na sentença.
- c) A prescrição verifica-se em 3 anos se a pena é de 1 ano.
- d) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- e) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo da sentença, menor de 21 (vinte e um) anos

Questão 9 – Sobre a confissão, é correto afirmar:

- a) Ainda que parcial, atenua a pena, se utilizada para dar suporte à condenação.
- b) Constitui causa de diminuição de pena em caso de crimes ambientais.
- c) Retira a hediondez quando se tratar de crime punido com até 4 anos de detenção.
- d) Atenua a pena no crime de tráfico de drogas com a mera admissão da posse para uso próprio.
- e) Incide na aplicação da pena se comprovado igualmente o arrependimento da prática do crime.

Questão 10 – Juliana foi presa em flagrante em seu domicílio. Na ocasião, policiais militares, em verificação na região, após receberem informações de que haveria traficância de drogas ilícitas no local, perceberam que um homem estava parado e no aguardo de Juliana em frente à sua residência. Com a aproximação dos policiais, o referido homem saiu do local, não sendo mais encontrado. Em ato contínuo, adentraram a residência de Juliana e constataram a existência de dois quilos de Cannabis Sativa tipo L (conhecida como maconha).

Por esse motivo, Juliana foi presa em flagrante delito e indiciada pelo crime de tráfico de drogas ilícitas.

Observando os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) a presunção de que haja entorpecentes em residência próxima ao local da venda de drogas autoriza a polícia ostensiva a adentrar o domicílio da suspeita, sem que haja autorização judicial, para buscar e apreender materiais que tenham relação com o fato;
- b) caso os policiais adentrem a casa de qualquer pessoa, ainda que não tenha relação direta com o fato (venda de drogas) e encontre material proveniente de crime, a prova será considerada válida, haja vista tratar-se de crimes permanentes;
- c) em havendo indicação da existência de venda de drogas, por meio de informações anônimas, será lícita a entrada na residência de todas as pessoas que estejam no local de venda de drogas;
- d) é ilícita a entrada no domicílio da indiciada sem mandado judicial e os atos praticados serão considerados nulos quando não estiver amparada em fundadas razões devidamente justificadas, que indiquem a existência no interior da residência de drogas configuradoras de flagrante delito;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

e) quando a abordagem é motivada por atitude suspeita, bem como demonstração de nervosismo, entende a jurisprudência dos Tribunais Superiores que é autorizada a entrada na casa da indiciada, tornando a busca e apreensão lícita.

Questão 11 – O acordo de não persecução penal

a) reforça o sistema acusatório ao permitir que o Ministério Público proponha acordo antes mesmo do oferecimento da denúncia.

b) não será cabível se o agente tiver realizado outro acordo de não persecução penal no período de 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração.

c) não será cabível em crimes praticados contra o meio ambiente devido ao âmbito de proteção constitucional do bem jurídico penalmente tutelado.

d) será cabível em crimes culposos com resultado violento, exceto no crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor.

e) deverá contar com a anuência da vítima nos casos em que a reparação de dano ou restituição da coisa for condição do acordo e o investigado estiver impossibilitado de fazê-lo.

Questão 12 – Maria, primária, mãe solo de filhos gêmeos de 2 anos, foi presa em flagrante em 21/06/2020, restando condenada à pena de 5 anos de reclusão por infração ao Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas) e à pena de 2 anos de reclusão por infração ao Art. 333, do CP (corrupção ativa), tendo sido fixado o regime semiaberto. Ana encontra-se cumprindo regularmente a pena imposta, sem qualquer falta disciplinar praticada e com bom comportamento carcerário. Para fins de progressão de regime, Ana deverá cumprir:

a) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 16% da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;

b) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/8 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;

c) 3/5 da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/6 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;

d) 1/8 da pena total imposta;

e) 40% da pena total imposta.

Questão 13 – João recebeu, sem prévia ou expressa solicitação, cartão de crédito do banco do qual é correntista. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o banco realizou



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- a) prática comercial abusiva, ato ilícito não indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- b) prática comercial abusiva, ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- c) ato ilícito indenizável, mas não sujeito à aplicação de multa administrativa.
- d) prática comercial abusiva e ato ilícito não indenizável.
- e) ato ilícito não indenizável, porém sujeito à aplicação de multa administrativa.

Questão 14 – Quanto ao juizado especial cível, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz poderá extinguir o processo, independentemente de prévia intimação pessoal do autor, se este deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- b) As sentenças proferidas pelos juzizados especiais cíveis podem ser anuladas por ação rescisória.
- c) É vedado ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor.
- d) As provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- e) Nos juzizados especiais de fazenda pública, a assistência de advogado é obrigatória, independentemente do valor da causa, mas o mandato pode ser verbal.

Questão 15 – É disposição expressa do Código de Processo Penal acerca das provas em espécie:

- a) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito em havendo a confissão do acusado.
- b) O depoimento da testemunha será feito de forma oral, não sendo permitido trazê-lo por escrito, embora possa realizar breve consulta a apontamentos.
- c) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crimes que envolvam vultuosas quantias monetárias ou praticados por organização criminosa.
- d) São proibidos de depor os ascendentes, os descendentes, o cônjuge e o irmão do acusado.
- e) A letra e firma dos documentos particulares sempre serão submetidas a exame pericial.

Questão 16 – O crime de ameaça:

- a) praticado mediante violência tem a pena aumentada em um terço.
- b) tem a pena aumentada da metade se cometido contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
- c) pode ser praticado por gesto ou qualquer outro meio simbólico.
- d) é punido com pena de multa cumulativamente com a pena privativa de liberdade.
- e) deve conter a promessa de um mal injusto que, se for grave, aumenta a pena em um sexto.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

Questão 17 – Sobre a gratuidade de justiça, é CORRETO afirmar:

- a) É adequada a utilização de critérios exclusivamente objetivos para a concessão de benefício da gratuidade da justiça, não devendo ser efetuada avaliação concreta da possibilidade econômica de a parte postulante arcar com os ônus processuais.
- b) A faixa de isenção do Imposto de Renda pode ser tomada como único critério para a concessão ou denegação da justiça gratuita.
- c) A assistência judiciária gratuita não se limita aos atos de um mesmo processo, alcançando outras ações próprias e autônomas porventura ajuizadas.
- d) A mera declaração de estado de pobreza para fins de obtenção de benefícios da justiça gratuita não é considerada conduta típica, diante da presunção relativa de tal documento, que comporta prova em contrário.
- e) O benefício da assistência judiciária gratuita independe de expresse pedido da parte, sendo permitida sua concessão de ofício pelo juiz

Questão 18 - Nas infrações penais de menor potencial ofensivo submetidas à ação penal de iniciativa privada:

- a) cabem transação penal e suspensão condicional do processo, mediante proposta do Ministério Público.
- b) cabem transação penal e suspensão condicional do processo, mediante proposta do querelante.
- c) cabe apenas suspensão condicional do processo, mediante proposta do Ministério Público.
- d) cabe apenas suspensão condicional do processo, mediante proposta do querelante.
- e) não cabem transação penal e suspensão condicional do processo.

Questão 19 - Mário, primário, de bons antecedentes, foi denunciado por furto simples, sendo que, em audiência de instrução, o Promotor de Justiça ofereceu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995. A suspensão condicional do processo

- a) não pode prever a reparação do dano pelo agente e nem o comparecimento em juízo.
- b) destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 2 anos.
- c) exige prova de que o agente não integre organização criminosa.
- d) exige que o agente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática do delito.
- e) tem como condições a proibição de frequentar determinados lugares e o comparecimento mensal em juízo.

Questão 20 – De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa incorreta:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

- a) A Defensoria Pública detém legitimidade para propor ações coletivas na defesa de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- b) É possível submeter ao rito dos Juizados Especiais Federais as causas que envolvem fornecimento de medicamentos/tratamento médico, cujo valor seja de até 60 salários mínimos, ajuizadas pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública em favor de pessoa determinada.
- c) A Defensoria Pública tem legitimidade ampla para propor ação coletiva quando se tratar de direitos difusos e legitimidade restrita às pessoas necessitadas nos casos de direitos coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos.
- d) Não se presume a hipossuficiência econômica para concessão da gratuidade da justiça pelo simples fato de a parte ser representada pela Defensoria Pública, sendo necessário o preenchimento dos requisitos previstos em lei.
- e) A Defensoria Pública detém a exclusividade da prestação de assistência jurídica gratuita na defesa daqueles que não têm meios financeiros para contratar advogado, assim como existe direito subjetivo de o acusado de ser defendido pela Defensoria Pública.

RASCUNHO DO GABARITO – QUESTÕES OBJETIVAS

1	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	11	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
2	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	12	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
3	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	13	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
4	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	14	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
5	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	15	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
6	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	16	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
7	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	17	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
8	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	18	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
09	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	19	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
10	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	20	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)

RASCUNHO DE FOLHA DE RESPOSTA DE QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão 1: A súmula 421 do STJ deve ser superada? Discorra a respeito.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 2 - Diferencie juridicamente empenhar e penhorar.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 3 – Carlos foi denunciado pela prática do crime de roubo praticado contra Fátima, que teve seu celular subtraído mediante grave ameaça. Isso, porque, em sede policial, foram mostradas à vítima fotografias de Carlos, indivíduo suspeito de praticar roubos na região. Carlos, ao ser ouvido em delegacia, negou a prática do fato. O celular de Fátima não foi recuperado. Em juízo, a vítima confirmou o reconhecimento fotográfico realizado, afirmando que, de fato, lhe foram mostradas fotos de um suspeito, a quem ela teria, à época, reconhecido. Carlos, mesmo intimado, não compareceu à audiência de instrução. O que alegar em sua defesa?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 4 – Qual é a natureza jurídica do art. 28 da Lei nº 11.343/2006? Se um indivíduo é condenado, com trânsito em julgado, pelo delito de porte de drogas para consumo próprio depois pratica outro delito, ele será considerado reincidente na dosimetria desse segundo crime? Discorra a respeito.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	